

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

Termo de Referência (TdR)

Facilitação Gráfica de Webinars para o Projeto Municípios Paulistas Resilientes (SIMA/SP)

1. Introdução

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (mainstreaming) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementados. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;

2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

Há vários anos, a comunidade científica internacional tem estudado as causas e os efeitos da mudança do clima no mundo. Os estudos, de forma geral, apontam para uma relação direta da elevação da temperatura média global com a emissão de gases de efeito estufa, a qual se acentuou na Era Pós-industrial. As alterações no clima provocam fenômenos adversos em todas as regiões do planeta, provocando agravamento dos eventos extremos como inundações, deslizamentos, secas e aumento da temperatura média.

O Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (AR5 – Assessment Report), em sua Síntese para Tomadores de Decisão (IPCC, 2014), destaca que alterações em muitos eventos meteorológicos e climáticos extremos estão sendo observados desde 1950, como diminuição nos extremos de temperaturas frias, aumento nos extremos de temperaturas quentes, aumento nos níveis extremos do mar e aumento no número de eventos de precipitação intensas em várias regiões. Estes eventos extremos impactam diretamente a sociedade acarretando perdas humanas e financeiras (AMBRIZZI, et al, 2019). O AR5 salienta que o caráter e a severidade dos impactos das mudanças climáticas e dos eventos

extremos não depende apenas dos riscos relacionados ao clima, mas também da exposição – que contempla as pessoas e os ativos em risco, e da vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais – que é definida como a propensão ou predisposição a ser afetado de forma adversa (suscetibilidade a danos). Interagindo com as condições de vulnerabilidade e exposição, os desastres são considerados alterações graves no funcionamento de uma comunidade ou sociedade devido a eventos físicos perigosos levando a efeitos adversos, e que requerem resposta imediata (IPCC, 2014).

Com mais de 96% da população total do estado de São Paulo vivendo hoje em áreas urbanas, construir cidades mais seguras é um desafio a ser alcançado a longo prazo. As cidades são os motores do crescimento econômico e polo de prestação de serviços e da dinâmica estadual, a partir de seus sistemas de governança e capacidades.

Consoante às diretrizes da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (criada pelo Decreto Federal 8.892/16), e ao disposto no Decreto Estadual nº 64.148, de 19 de março de 2019, que reorganiza a Comissão Estadual para a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (instituída pelo Decreto Estadual nº 63.792/2018), compete ao estado de São Paulo a construção de oportunidades de alinhamento entre os ODS aos programas e metas dos Planos Plurianuais estaduais. Cabe ressaltar, que um dos principais compromissos dessa agenda é “não deixar ninguém para trás”, caracterizando a necessidade de priorização do desenvolvimento de políticas públicas específicas para sanar os desafios das áreas mais vulneráveis.

Neste cenário, faz-se fundamental adquirir capacidades para aumentar a resiliência dos municípios bem como para fortalecer a governança no nível do Estado a fim de articular e coordenar as ações sobre os diversos setores que lidam com o tema interdisciplinar de resiliência à mudança do clima.

A aplicação de princípios de orientação da Campanha “Construindo Cidades Resilientes” do Estado de São Paulo e a utilização das informações disponibilizadas pelo Estado irão ajudar as cidades e os governos locais a compartilhar seu aprendizado, ter acesso à informação, desenvolver indicadores e medidas de desempenho para acompanhamento de seus processos.

A GIZ apoia as políticas e estratégias dos ministérios setoriais e de estados e municípios na consideração de riscos climáticos e na indução do desenho e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local. Assim, SIMA-SP se tornou parceiro do ProAdapta e firmou-se, em novembro de 2020, o [convênio para o desenvolvimento de projetos para aumento da resiliência do Estado de São Paulo](#) frente aos riscos advindos das alterações climáticas.

3. Objetivos

Objetivo geral:

Este Termo de Referência visa à contratação de uma consultoria (pessoa física ou jurídica) para realizar a facilitação gráfica durante eventos (online ou presencial) realizados no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica SIMA-GIZ (projeto Municípios Paulistas Resilientes) para a capacitação e melhora da resiliência dos municípios do Estado de São Paulo frente aos riscos advindos das alterações climáticas.

Objetivo específico:

A consultoria ficará responsável pela criação de painel narrativo digital em tempo real com parte mais preciosa do conteúdo de cada um dos eventos, aumentando o impacto, a assimilação e a retenção das ideias compartilhadas.

Os serviços devem entregar diversas soluções que buscam ampliar a compreensão e promover o engajamento do público. A empresa deve ser capaz de produção de síntese visual com estratégias, comunicações, processos e ações de forma impactante e objetiva que permitem encontrar a melhor maneira de analisar, organizar e apresentar visualmente as informações, para trazer mais clareza e alinhamento aos envolvidos. Os produtos devem proporcionar alinhamento e engajamento com o conteúdo apresentado, simplifica assuntos complexos e amplia o olhar para uma melhor lembrança, impulsionar a comunicação entre colaboradores e departamentos e otimizar o tempo de decisão, por trazer mais clareza das oportunidades e desafios.

4. Especificações dos serviços

O trabalho será realizado em quatro eventos do convênio ao vivo e em 3 eventos passados, através da verificação de suas gravações:

Webinar 1: Gênero, políticas públicas e adaptação

Objetivo: Compartilhar aprendizados sobre o processo de elaboração do Plano Participativo de Adaptação e Mitigação do Clima de Piracicaba bem como do Projeto Novo Rio Pinheiros frente ao ODS 5, apresentados pelas instituições convidadas.

Com foco na equidade de gênero, a discussão destes planos e medidas objetiva qualificar a implementação do Programa Municípios Resilientes do Estado de São Paulo, apoiado pelo projeto ProAdapta, ampliando a discussão deste tema com técnicos e técnicas da SIMA, Casa Militar, Secretaria de Segurança e da GIZ envolvidos no convênio da SIMA-GIZ de forma direta e indireta.

Participantes: Cerca de 50, entre o corpo técnico envolvido direta ou indiretamente no Convênio de Cooperação Técnica.

Data, duração e local previstos: 15/07/2021; 02 horas *online* (14h30-16h30) em reunião na plataforma Microsoft Teams.

Webinar 2: Linguagem inclusiva e não sexista em políticas públicas

Objetivo: Apresentar boas práticas utilizadas na linguagem inclusiva e não sexista na GIZ Brasil para o corpo técnico envolvido direta ou indiretamente no Convênio de Cooperação Técnica.

Participantes: Cerca de 50, entre o corpo técnico envolvido direta ou indiretamente com o Convênio de Cooperação Técnica.

Data, duração e local previstos: 30/07/2021; 02 horas *online* (16h-18h) em reunião na plataforma Microsoft Teams.

Webinar 3: a ser definido

Duração e locais previstos: 02h30 *online* em reunião na plataforma Microsoft Teams.

Webinar 4: a ser definido

Duração e locais previstos: 02h30 *online* em reunião na plataforma Microsoft Teams.

5. Produtos e prazos

O contrato terá duração entre o período de **18/06/2021 a 20/01/2022 sendo 35 dias efetivos de trabalho**. O prazo de entrega do produto final é para o dia 30/12/2021. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Descrição do produto	Formato/Especificações	Dias efetivos	Prazo de entrega
Produto 1: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes de cada um dos painéis previstos no webinar 1.	Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg	05	Até 15/07/2021
Produto 2: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes de cada um dos painéis previstos no webinar 2.	Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg	05	Até 30/07/2021
Produto 3: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes de cada um dos painéis previstos no webinar 3.	Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg	05	Até 23/07/2021

Produto 4: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes de cada um dos painéis previstos no webinar 4.	Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg	05	Até 30/08/2021
Produto 5: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes do webinar gravado “Diálogo sobre Governança municipal de mudança do clima: Oportunidades e Desafios no município de Santos-SP.	Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg	05	Até 15/09/2021
Produto 6: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes do webinar gravado: Arranjos Institucionais para a Governança Climática Municipal.	Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg	05	Até 20/12/2021

<p>Produto 7: Elaboração em formato digital de um painel com representação gráfica dos aspectos mais relevantes do webinar gravado: Planos municipais de adaptação e resiliência à mudança do clima: oportunidades e desafios na era COVID</p>	<p>Imagem do painel em alta qualidade, nos formatos .pdf e .jpeg</p>	<p>05</p>	<p>Até 30/12/2021</p>
<p>Total de dias efetivos de trabalho:</p>	<p>35</p>		

6. Viagens

Não estão previstas viagens nesta contratação.

7. Apresentação dos produtos

Os painéis deverão ser em formato digital. Outro formato poderá ser utilizado pela consultoria, desde que acertado previamente com a equipe de acompanhamento.

8. Requisitos e qualificações

Para a execução das atividades previstas, o presente TdR busca uma consultoria fornecida por empresa com a expertise em inteligência Visual e Design de Processos para produção de painéis de Registro Gráfico que por meio da escuta ativa e de recursos visuais. O profissional alocado deve ser um Designer gráfico, artista plástico e diretor de arte atuante no mercado de comunicação visual de pelo menos 10 anos, dispondo de diferentes técnicas de criação e produção, que passam pelas tintas e vão até o digital multimídia.

9. Pagamento e aprovação dos produtos

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos entregues e apresentação de nota fiscal ou fatura.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação da assessoria técnica da GIZ e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O pagamento dos produtos dependerá da qualidade técnica dos produtos, sendo prevista revisão de textos e correção ortográfica e gramatical na primeira versão entregue.

A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do/a AV/DV do projeto.

10. Considerações finais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ, e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante e das instituições parceiras acima elencadas

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização à GIZ e à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

11. Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito

e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;

- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

- **Orientações corporativas**
 - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília, 11 de junho de 2021.

Ana Carolina Câmara
Diretora
Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à
Mudança do Clima – PROADAPTA
Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH